



Maçonaria e República (1910-1914)

Nos começos do século XX, a aproximação entre Maçonaria e republicanismo foi crescendo. Existiam, sem dúvida, obreiros monárquicos. Mas a grande maioria dos maçons abraçava o ideal republicano. Nada havia de extraordinário nem de condenável neste facto, se fosse possível evitar a identificação entre Maçonaria e Partido Republicano.

Como força de vanguarda, era natural que a Ordem esposasse a causa de vanguarda. Sucedera outro tanto em 1820. Mas o que aconteceu foi recair-se precisamente no erro dos maçons dos começos do período liberal. A Maçonaria portuguesa tendeu a constituir um grupo elitário enquadrante de um partido político. Patrocinou a constituição da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução de 5 de Outubro de 1910. Machado Santos, um dos chefes da Carbonária e um dos chefes do 5 de Outubro, conhecedor dos bastidores do movimento, pôde escrever [A Revolução Portuguesa. Relatório, p. 34] que «a obra da Revolução Portuguesa também à Maçonaria se deve, única e exclusivamente».

Esta politização resultou numa multiplicação das iniciações, dirigidas a finalidades que de maçónico só tinham parte. Com a proclamação da República, a Maçonaria passou a ser olhada como qualquer coisa de útil, de pragmaticamente necessário no curriculum do candidato a ministro, a deputado ou a simples funcionário público. Os seus efectivos duplicaram em poucos anos, de 2000 para 4000 associados, com um correspondente aumento no número de lojas e de triângulos. No Parlamento, metade ou mais de metade dos representantes do povo pertencia à Ordem. No Governo Provisório (1910-1911), cinquenta por cento dos ministros eram maçons, percentagem que, grosso modo, continuou a existir nos muitos governos republicanos até 1926.

Quanto às presidências, mais de metade dos ministérios foram presididos por maçons e a totalidade do seu tempo de governo elevou-se a nove anos e sete meses, ou seja, mais de 65 por cento do período completo de vigência da República Democrática.

Três presidentes da República - Bernardino Machado, Sidónio Pais e António José de Almeida - pertenciam à Ordem Maçónica. Tal como durante a Monarquia Constitucional, algumas das medidas mais progressistas adoptadas pelo regime republicano tiveram participação das lojas e foram subscritas por ministros maçons. O âmbito da Maçonaria durante a 1ª República está ainda por determinar cabalmente, mas não parece exagerado afirmar que a história das duas instituições apresenta paralelos do maior interesse e que o declínio de uma correspondeu ou foi, em grande parte, causador do declínio da outra.

Ora, a aproximação entre Maçonaria e Partido Republicano, acentuada desde a proclamação da República, houve de reflectir também as dissensões dentro daquele Partido. O Grão-Mestre eleito em 1907, Magalhães Lima, era amigo e admirador de Afonso Costa, maçom este também, simpatizando com a ala esquerda do P.R.P. que se colocou sob a sua bandeira. Outro tanto se diria do Grão-Mestre adjunto, José de Castro, figura de relevo dentro do Partido. Quando a cisão entre Afonso Costa e os outros dois maiores do P.R.P., António José de Almeida e Brito Camacho, se consumou, em Outubro de 1911, o Grande Oriente Lusitano foi arrastado na órbita do primeiro. Maçonaria (isto é, Grande Oriente Lusitano) e democráticos intensificaram a sua junção. A política da maioria das lojas tendeu a seguir a política radical do Partido Democrático. Acentuava-se, assim, e num sentido perigosamente divisionista e sectário, a politização da Maçonaria, que vinha já de longe. E se as divisões entre grupos republicanos eram de tal ordem que punham em perigo a existência da própria República, não parecia difícil profetizar que, mais cedo ou mais tarde, a Maçonaria portuguesa se dividiria também.